



Prefeitura de  
**Formoso**  
do Araguaia  
Formoso em Boas Mãos!

ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA  
ADM. 2013/2016  
"Formoso em boas mãos"

Lei 825/2013

de 02 de Maio de 2013

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

O Secretário Municipal da Administração no exercício de suas atribuições certifica que a(o):

☒ Lei nº 825 de 02/05/13

☐ Decreto nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

☐ Portaria nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

fixado no local de Publicação da Prefeitura

Municipal de Formoso do Araguaia

do Estado do Tocantins, nesta data

assinamos no Araguaia TO

*"Cria a Política Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA, ESTANISLAU DO TOCANTINS, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e o mesmo SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - A política Municipal do Meio Ambiente, respeitadas as competências de união e do Estado, tem por objetivo assegurar a todos os habitantes do município um meio ambiente ecologicamente equilibrado, assim como promover medidas para essas ações e entender, a todos, as condições de qualidade de vida.

**Artigo 2º** - Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado a política municipal observará os seguintes princípios:

I. Desenvolvimento sustentável das atividades econômicas, sociais e culturais;

II. Prevenção de danos ambientais e condutas consideradas lesivas ao meio ambiente;

III - Função social ambiental da propriedade urbana e rural;

IV - Participação direta do cidadão e das entidades da sociedade civil na defesa do meio ambiente;

V - Reparação dos danos ambientais causados por atividades desenvolvidos por pessoas físicas e jurídicas do direito público ou privado;

VI - Responsabilidade de poluidores pelo cumprimento das exigências legais de controle e prevenção ambientais nos processos produtivos e demais atividades econômicas que interfiram no equilíbrio ecológico do meio ambiente;

VII - Educação ambiental como processo de desenvolvimento da cidadania;

VIII - Proteção dos ambientes ambientalmente relevantes, através da criação de Unidades de conservação;

IX - Harmonização da Política Municipal de Meio Ambiente com as Políticas públicas Estaduais e Federais correlatas;

ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA  
ADM. 2013/2016  
"Formoso em boas mãos"

X - Responsabilização conjunta de todos os órgãos do Poder Público pela preservação conservação e melhoria do Meio Ambiente.

**Art. 3º** Fica criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA, órgão de coordenação, fiscalização, deliberação coletiva e caráter normativo da política municipal de meio ambiente, no âmbito da política ambiental, previsto no art. 225 da Constituição Federal.

**Art. 4º.** Compete, ainda, ao Conselho Municipal de Meio Ambiente:

I - coordenar, aprovar, fiscalizar a execução da política municipal ambiental;

II - promover a articulação entre os órgãos municipais, estaduais, federais e a sociedade civil no planejamento e na definição de estratégia de proteção ao meio ambiente;

III - propor normas referentes ao setor ambiental no âmbito do Município;

IV - emitir pareceres sobre as questões que lhe tenham sido encaminhados;

V - analisar propostas de alteração pertinentes à legislação municipal ambiental;

VI - participar em conjunto com o ente regulador, na integração dos programas e atividades governamentais e não-governamentais de:

- a) abastecimento urbano;
- b) esgotamento sanitário;
- c) controle de cheias;
- d) irrigação e drenagem;
- e) aproveitamento hidroelétrico;
- f) uso do solo;
- g) meio ambiente urbano e rural;
- h) programas de educação sanitária e ambiental;





**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA**  
**ADM. 2013/2016**  
**“Formoso em boas mãos”**

- i) programas de recuperação de áreas degradadas;
- j) criação de unidades de conservação, reservas indígenas e áreas verdes.

VIII - desenvolver outras atividades relacionadas com a política municipal de meio ambiente.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Meio Ambiente será composto por:

- I - um representante da Secretaria Agricultura;
- II - um representante da Secretaria Municipal de Obras;
- III - um representante da Câmara Municipal;
- IV - um representante local da Secretaria Estadual de Meio Ambiente ou NATURATINS;
- V - um representante do Sindicato Rural Patronal;
- VI - um representante das ONGs ambientalistas de Formoso do Araguaia;
- VII - um representante da Polícia Militar Ambiental;
- VIII - um representante do IBAMA/TO;
- IX - um membro da Secretaria Municipal de Governo;
- X – um membro da comunidade indígena local;
- XI – dois vereadores indicados pela câmara municipal;

§ 1º. A cada um dos membros nominados neste artigo corresponderá um suplente, igualmente indicado pelo órgão representado.

§ 2º. Cada representante efetivo terá mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 3º. Poderão participar das reuniões do Conselho, mediante convite do Presidente e sem direito a voto, representantes e dirigentes de órgãos e entidades cujas atividades possam contribuir para a realização dos objetivos do Conselho.

*H. P. e. i. P.*



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA**  
**ADM. 2013/2016**  
**“Formoso em boas mãos”**

§ 4º. Os representantes do Poder Executivo e Legislativo terão mandatos coincidentes com o mandato do Governo Municipal.

§ 5º. Os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente serão nomeados por Decreto do Poder Executivo.

§ 6º. O exercício da função de membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente não será remunerado, considerando-se serviço público relevante.

**Art. 6º.** As deliberações do Conselho, sob a forma de resolução, vinculam órgão da administração direta, entidades de administração indireta e fundações instituídas pelo Governo Municipal.

**Art. 7º.** Por Decreto, serão regulamentadas as atribuições dos dirigentes e demais estruturas que compõem o Conselho Municipal de Meio Ambiente, e será estabelecido o mecanismo de funcionamento em regime interno.

**Parágrafo único.** O Presidente e o secretário do conselho será eleito entre os Conselheiros presentes na primeira reunião ordinária, através de voto nominal, para mandato de dois anos, podendo ser reconduzido.

**Art. 8º.** Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente, de natureza contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Indústria e Comércio, com objetivo de captar recursos a serem aplicados de acordo com o artigo 2º desta Lei.

**Parágrafo único.** Os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente poderão ser usados como contrapartida de recursos financiados para o meio ambiente.

**Art. 9º.** Constituem receitas do fundo:

I - dotações orçamentárias;

II - arrecadação de multas previstas em lei;

III - contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e das suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;

IV - as resultantes de convênios, contratos e consórcios celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas, cuja execução seja de competência da Unidade Municipal de Meio Ambiente, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA**  
**ADM. 2013/2016**  
**“Formoso em boas mãos”**

jurídicas;

V - as resultantes de doações que venha a receber de pessoas físicas ou

VI- 55% da arrecadação do ICMS ecológico vinculados ao município;

VII - outros recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipais de Meio Ambiente.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal do Município de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins, aos quinze (15) dias do mês de Maio de 2013.**

  
**Wagner Coelho de Oliveira**  
Prefeito Municipal